

**O pensamento civilizador e a cultura historiográfica brasileira no século XIX<sup>264</sup>**

Sérgio Campos Gonçalves

Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela UNAERP e em História pela UNESP, campus de Franca, onde atualmente cursa o mestrado em História e Cultura Social. É autor do livro *Collorgate: mídia, jornalismo e sociedade nos casos Watergate e Collor* (Rio de Janeiro: CBJE, 2008)

**Resumo:**

Este artigo apresenta um estudo sobre a adesão da cultura historiográfica brasileira do século XIX ao pensamento europeu-civilizador. O objetivo de nossa reflexão é evidenciar que há indícios de que a História, compreendida como via linear e progressiva que articula passado, presente e futuro, além de ter sido o meio explícito e indispensável para forjar a nacionalidade e a identidade do brasileiro, foi também um meio latente de apologia da noção de *civilização*. Para isso, realizamos dois percursos distintos: o primeiro tratou da genealogia do pensamento civilizador e de sua instalação na historiografia brasileira no século XIX; o segundo representa uma explanação panorâmica sobre a importante articulação entre as idéias de história, de nação e progresso que marcam o contexto intelectual do século XIX. Entre as considerações finais, apontamos que a idéia de civilização, no Brasil, restringiu-se à auto-imagem da elite, isto é, a concepção de nação-civilização brasileira constituiu-se como um campo limitado da elite letrada. Conforme observamos, isso teve um papel importante na formação da cultura historiográfica brasileira.

**Palavras-chave:** Historiografia; Pensamento civilizador; Cultura historiográfica.

**Abstract:**

This article presents a study on the adhesion of Brazilian historiographic culture of Nineteenth century to the European-civilizing thought. Our objective is to evidence that there are vestiges that the History, understood as lineal and progressive road that articulates past, present and future, besides it have been the explicit and indispensable way to forge the Brazilian nationality and identity, also it was a latent way of apology of the civilization notion. In order to reach that, it was accomplished two different courses: the first treated of the genealogy of the civilizing thought and of its installation in the Brazilian historiography on the Nineteenth century; the second represents a panoramic explanation on the important articulation among the ideas of history, nation and progress

---

<sup>264</sup>Este estudo é resultado do aprimoramento de um trabalho apresentado no Seminário Nacional de História da Historiografia e Modernidade, realizado no *campus* de Mariana/MG da Universidade Federal de Ouro Preto, em 2007. Cf. GONÇALVES, 2007.

that it has marked the intellectual context of the Nineteenth century. On the conclusion, we pointed that the civilization idea was limited in Brazil to the self-image of the elite, in other words, the conception of Brazilian nation-civilization was established as a limited field of the literate elite. In accordance with our observation, that played an important role in the formation of the Brazilian historiographic culture.

**Keywords:** Historiography; Civilizing thought; Historiographic culture.

## Introdução

Este artigo apresenta um estudo sobre a adesão da cultura historiográfica brasileira do século XIX ao pensamento europeu-civilizador<sup>265</sup>. A proposta é apresentar uma reflexão sobre a historiografia brasileira do século XIX e evidenciar que há indícios de que a produção do saber histórico, ao compreender a própria História como um transcurso linear rumo à perfectibilidade do progresso, foi um relevante meio de apologia ao ideário de civilização, além de ter representado explicitamente um instrumento intelectual para forjar a concepção de identidade e de nacionalidade do brasileiro.

Para alcançar o objetivo proposto, realizamos dois percursos de reflexão. Primeiramente, estudamos genealógicamente o pensamento civilizador com vista a compreender a sua instalação na historiografia brasileira durante o século XIX. Em seguida, apresentamos uma explanação panorâmica sobre a frutífera articulação entre as idéias de história, nação e progresso, as quais marcam o contexto intelectual do século XIX.

Entre as considerações finais, apontamos que a idéia de civilização, no Brasil, restringiu-se à auto-imagem da elite, isto é, a concepção de nação-civilização brasileira constituiu-se como um campo limitado da elite letrada. Conforme observamos, isso teve um papel importante na formação da cultura historiográfica brasileira.

### 1. O conceito de civilização

---

265 RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972. p. 19-54.

O processo de mundialização, que aponta para uma cultura moderna globalmente aceita e assimilada, é normalmente traduzido pelo termo *globalização*, cuja idéia contém a mensagem de que todos estamos no mesmo processo civilizatório – uns atrasados, outros adiantados. Não importa se a mundialização cultural e econômica adquire cores singulares nos diferentes lugares do planeta ou que nesses lugares coabitem apocalípticos e integrados; a cultura universalizada é a da civilização, cujo molde moderno forjou-se na Europa e, desde a Segunda Guerra, adquiriu forma também norte-americana. A exportação desse processo, na era moderna, iniciou-se com as grandes navegações e intensificou-se com o processo colonizador e à medida que se desenvolveram as tecnologias de transporte e de comunicação<sup>266</sup> A introdução compulsória e voluntária nesse processo civilizador é uma simplificação mental que convém analisar de perto.

A rigor, o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos e, daí, redundaria uma dificuldade de precisão. Porém, de acordo com Elias<sup>267</sup>, se observarmos a qualidade comum que o adjetivo *civilizado* representa sobre todas as várias atitudes e atividades humanas descritas como civilizadas, perceberemos que a função geral do conceito de civilização é que ele expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, pois o termo condensa tudo em que a sociedade ocidental se julga superior a sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas normalmente entendidas como atrasadas. Assim, o conceito descreve como a sociedade ocidental representa o que lhe é especial e distintivo das demais e o que lhe orgulha: o nível de sua tecnologia, seus hábitos, o nível de desenvolvimento de sua cultura científica etc.

O ancestral da palavra *civilisation* é o conceito de *civilité*, cujo desenvolvimento expressa uma antítese fundamental da auto-imagem do Ocidente, a qual opõe o cristianismo romano-latino da Idade Média, de um lado, ao paganismo e à heresia, incluindo o cristianismo oriental-grego. A sociedade do Ocidente empenhou-se nas guerras de colonização e de expansão, primeiramente em nome da cruz e depois pela civilização. Desse modo, *civilização* conserva sempre um resquício da missão em que a cristandade latina e o cavaleiro-europeu superior podem e devem forçar a alteridade à ação transformadora do comportamento humano, civilizando-o. O termo *civilização*, portanto, constitui expressão e símbolo de uma formação social peculiar forjada na Europa. Tal formação social, *a sociedade de corte*, fez o conceito se remeter a uma identidade que,

---

266 FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade**. A vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 88-97. v. 1.

267 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.p.23-26.

no decorrer da constituição dos Estados nacionais, associa o conceito de cultura à *civilização* – pois a cultura ocidental seria resultado da civilização.<sup>268</sup>

No século XVIII, a palavra *civilização* entrou no dicionário portando o sentido moderno de *resultado de um processo de aperfeiçoamento da humanidade*, isto é, o processo de civilização se traduz como o caminhar do progresso em direção à modernização tecnológica e à sofisticação dos hábitos humanos, cujo parâmetro é a Europa ocidental. Essa idéia foi exportada da Europa para o mundo, especialmente da França, como sendo um processo coletivo ininterrupto com o qual a humanidade estaria comprometida desde suas origens, sendo que o ritmo de sua variação dependeria somente das diferentes épocas e lugares.<sup>269</sup>

O pioneirismo europeu coloriu de conteúdos ideológicos os processos de difusão da tecnologia da Revolução Industrial. Dessa maneira, tanto o desenvolvimento mercantil e capitalista como o imperialismo industrial revestiram-se de uma aura *européia ocidental e cristã*, como se os atributos da modernidade e do progresso fossem provas do conteúdo fundamental da superioridade inata do homem branco.<sup>270</sup>

## 2. A exportação do pensamento civilizador

Em princípio, o processo civilizador ocidentalizante está assegurado na idéia da superioridade axiomática das nações européias, a qual está profundamente enraizada na auto-imagem das nações que lideraram a industrialização. Conforme mostra Norbert Elias<sup>271</sup>, a partir disso se formulou e fortaleceu a idéia de que a preeminência do branco europeu era manifestação da eterna missão concedida por Deus ou pelo destino histórico. Trata-se de uma visão linear-evolucionista que advoga, com autoridade de ciência oficial, a causa da colonização européia. Unidos do espírito de superioridade que justificava a subjugação de outros povos e que acomodava convenientemente a espoliação das riquezas, os colonizadores transferiram essa faculdade de perceber e ler a realidade aos colonos que vieram habitar e administrar seus domínios e

---

268 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes (vol.1). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.p. 67-73.

269 STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 13-20.

270 RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.p. 214-215.

271 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes (vol.1). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.p. 229.

as novas elites locais que emergiram nas colônias carregaram essa estrutura de pensamento. Tal idéia foi difundida desde a colonização e, entretanto, mesmo quando as colônias tornaram-se nações politicamente independentes, a nova elite nacional continuou internamente a configuração de poder representada em uma sociedade de corte que previa a diferenciação hierárquica dos indivíduos através dos mesmos parâmetros de valores que serviram à ideologia colonizadora – visto que a experiência histórica de um *projeto civilizador* brasileiro se deu a partir de um *processo colonizador* precedente.<sup>272</sup>

Mesmo em nossos dias, no Brasil, não é raro notar, no discurso de certa vertente culta, idéias de fundo colonizador. Frequentemente, a cultura erudita interpreta o popular através de um olhar antropológico que lembra os cronistas e catequistas estrangeiros dos séculos de colonização portuguesa. A cultura erudita, que se tornou oficial, ou ignora a cultura popular ou demonstra-se vislumbrada pelo seu exotismo, pelo quanto é diferente da inibição do intelectualismo da rotina acadêmica. Além de acentuar as barreiras de classe e de cor, essa visão elitista despreza o popular, caracterizando-o como culpado pelo atraso brasileiro. O fundo histórico da assimilação desse pensamento colonizador exige um esforço de compreensão.

Estabelecida por Alfredo Bosi<sup>273</sup>, a premissa de que partimos é que a colonização é um processo que se realiza tanto no nível da ocupação da terra quanto no nível da cultura, pois não há condição colonial sem a união de trabalhos, de ideologias e de culturas. Ou seja, a colonização é um processo material e, ao mesmo tempo, simbólico, visto que as práticas econômicas dos seus agentes vinculam-se aos seus meios de sobrevivência, à construção de sua memória, às suas formas de representação e de suas projeções para o futuro. Assim, o controle sobre os indivíduos para viabilizar o projeto colonizador-civilizador depende tanto do domínio dos modos de sustentação material quanto ideológicos. A idéia de Bosi sobre essas instâncias fundamentais de todo processo de dominação é uma derivação do que o marxismo resumiu nos níveis da infra-estrutura e da superestrutura.<sup>274</sup>

Durante o período colonial, a cultura erudita legitima a sobreposição da cultura do continente metropolitano sobre a cultura local e insinua, assim, uma visão *de fora para dentro* em que o modelo para o desenvolvimento brasileiro seria o da civilização à européia. Mesmo a partir da Independência, quando a cultura erudita muda o tom e tende a exaltar o nativo, usando seus mitos e

272 MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 40.

273 BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 377.

274 Idem. p. 15-17.

imagens para introjetar a noção de uma identidade nacional e uma ideologia conservadora, tanto o tipo ideal de comportamento individual quanto o modelo de nação a ser perseguido giram em função do mesmo projeto civilizador-progressista<sup>275</sup>. Ou seja, ainda que o poder político estivesse oficialmente em serviço dos interesses locais, o ideal civilizatório figurou-se como um projeto interno que continuava em pauta sob o mesmo molde da moderna e progressista cultura ocidental européia.

O processo civilizatório foi dividido em etapas a partir da hierarquização de estágios de progresso das sociedades. Em decorrência disso, a busca pela civilização através do progresso criou uma ânsia por modernização. Então, como destaca José Carlos Reis<sup>276</sup>, além de *civilização* tornar-se o processo fundamental da história do Ocidente, o conceito esteve ao fundo de diversas teorias e filosofias da história. Desse modo, a ciência desenvolveu e adaptou teorias, como a do evolucionismo das sociedades e dos homens – que Todorov<sup>277</sup> nomeou de doutrinas racialistas –, com o intuito de explicar e justificar a hierarquia entre as nações e dentro delas.

### 3. Institucionalização do saber e continuidade da civilização

A integração do Brasil na cultura científica universal se efetivou no contexto em que a ciência se caracterizou pela sua função de disciplinar, executar e materializar as idéias do Iluminismo e da civilização ocidental por meio da produção do saber e do Estado<sup>278</sup>. O nascimento da comunidade científica do Brasil esteve envolvido nesse processo. Aqui, a ciência procurou caminhos que não ameaçassem a ordem que se queria constituir e buscou a nação com identidade própria, a liberdade política e intelectual da sua antiga metrópole, posto que se representasse simultaneamente como sua continuidade.<sup>279</sup>

Como observa Bosi<sup>280</sup>, a transposição para a América dos padrões de comportamento e da linguagem científica deu resultados variantes. Ora engendrou a repetição, ora a negação, ora a

275 MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 331-332.

276 REIS, José Carlos. **História & Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 15-66

277 TODOROV, Tzevetan. **Nós e os Outros**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993. p. 107-141.

278 DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 51.

279 NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura”. **História**: Questões & Debates. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000.p. 49.

adaptação dos moldes europeizantes; mas sempre se manteve fiel à vontade de progresso e de civilização<sup>281</sup>. O período joanino marca a chegada “oficial” e a aceleração do processo civilizador no Brasil. Com a chegada da corte e o desembarque de indivíduos de toda a parte, a colônia teve alterados seu estatuto político-jurídico, a dinâmica social no Rio de Janeiro e a rotina dos diversos grupos sociais.

Abertura dos portos foi um momento ímpar na história da cultura do Brasil. Inaugurando o século XIX brasileiro, a idéia de civilização aportou no Brasil notadamente em 1808, quando a família real portuguesa exilou-se no Rio de Janeiro juntamente com sua corte. A chegada de D. João VI inicia a europeização dos costumes da elite colonial, ao mesmo tempo em que os recém-imigrados tenderam a se adaptar na nova realidade social local<sup>282</sup>. Segundo Antônio Cândido<sup>283</sup> (2000), a vinda da corte marca o início da época das luzes no Brasil. De fato, entre 1808 e 1823, houve um grande aumento na circulação de livreiros franceses na capital do Império e o caráter das obras que eles comercializavam era eminentemente iluminista.<sup>284</sup>

Ao mesmo tempo em que facilitou o contato com o ideário ilustrado, o contexto de transformações fomentou a produção intelectual e a participação da elite intelectualizada nos assuntos políticos. Como ilustra Isabel Lustosa<sup>285</sup>, os jornais tiveram importante lugar no debate e no florescimento das idéias que definiram o formato político que a nação brasileira tomaria com a independência – o trabalho da autora mostra como o século XIX consagrou às publicações escritas o título de principal veículo das idéias políticas, as quais desempenharam a função de vetor ideológico para o progresso civilizatório.

Nesse período, da mesma forma que a participação política, a cultura letrada é reservada a poucos, servindo como divisor entre a cultura erudita e a vida popular. São rigorosamente estamentais a cultura letrada e a condição social; ambas são, ao mesmo tempo, reflexo e causa da

---

280 BOSI, Alfredo. Op. Cit. p. 31.

281 Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

282 MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 126.

283 CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

284 FERREIRA, Tânia Bessone da C.; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. “Livreiros Franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823”. **História Hoje**: Balanços e Perspectivas. (IV Encontro Regional da ANPUH-RJ). Rio de Janeiro: ANPUH-

285 LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 16-32.

outra<sup>286</sup>. Como nota Bosi<sup>287</sup>, em análise literária, desde o século XVIII aproximam-se e, às vezes, fundem-se as noções de cultura e de progresso. Este é o mesmo enfoque de Nicolau Sevcenko<sup>288</sup>, quando observa que é no século XIX que a elite intelectual brasileira se percebe no papel de “mosqueteiro” do desenvolvimento. O exercício intelectual dos escritores emana e se confunde com a atitude política.

Além disso, ao longo do XIX, a participação brasileira nas exposições universais também revela a ânsia do Brasil por *civilização*, por civilizar-se e por ser vitrine de sua modernidade. A função oculta das exposições, como afirma Sandra J. Pesavento<sup>289</sup>, era satisfazer e ampliar o imaginário coletivo que idealizava o progresso. O Brasil, nação receptora do projeto *civilização* da Europa, assimilava suas idéias, com seus filtros e valores, e passava a ser também seu emissor.

#### 4. A historiografia civilizadora: o IHGB como difusor de signos e valores

O sucesso do propósito de civilização incluía vários fatores, mas dependia invariavelmente da conquista do saber, cuja institucionalização se materializou ao longo do século XIX e se tornou cada vez mais nítida com a fundação de academias e instituições científicas e educacionais.<sup>290</sup>

Na Europa, enquanto o processo de escrita e de legitimação da disciplina da história se fundamentou nas universidades, no Brasil isso ocorreu dentro dos limites das academias ilustradas, sob critérios fundados nas relações sociais e individuais de seus membros. Durante o império, no caso do saber histórico, isso ficou evidente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, e de seus núcleos estaduais. A criação do IHGB, o principal instituto científico do Brasil no século XIX, foi inspirada na cultura iluminista francesa, em especial no *Institut Historique de Paris*. Os objetivos estabelecidos por seus membros, na escrita da história

---

286 MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 297.

287 BOSI, Alfredo. Op. Cit. p. 17.

288 SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 78-188.

289 PESAVENTO, Sandra Jataly. **Exposições Universais**: espetáculo da modernidade do século XIX. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. p. 43-171.

290 SCHWARCZ, 1993; SEVCENKO, 1999.



nacional, orbitaram ao redor da idéia do esclarecimento das elites, as quais, em seguida, se encarregariam de esclarecer o restante da sociedade<sup>291</sup>. Isto é, a preocupação com a sistematização de uma história do Brasil se viabilizou durante a consolidação do Estado Nacional brasileiro, dentro do qual a civilização do Brasil se daria do topo da pirâmide social para a sua base. Assim, a nação brasileira deveria surgir como o desdobramento de uma civilização branca e européia nos trópicos.<sup>292</sup>

Embora se proclamasse como instituição unicamente de interesse científico-cultural e neutra de disputas partidárias, as publicações do Instituto tiveram estreita ligação com os interesses do Estado. Além disso, o Instituto colocou-se desde sua fundação sob a proteção do imperador, o qual foi seu maior colaborador financeiro<sup>293</sup>. Aliás, como explana Diehl<sup>294</sup>, o estrato social da mais alta elite letrada, do qual os membros do IHGB faziam parte, importou e adaptou doutrinas científicas para a interpretação da realidade brasileira, como o pensamento iluminista, o positivismo e o evolucionismo, que serviram para criar uma história legitimadora de posições políticas dos altos grupos sociais e do próprio Estado.<sup>295</sup>

O surgimento do IHGB esteve imerso no que Eric Hobsbawm<sup>296</sup> chamou de *drama do progresso*: “maciço, iluminado, seguro de si, satisfeito, mas acima de tudo inevitável”. O ambiente cientificista era o centro daquela ideologia de civilização e a idéia de progresso, que antes rompera com tradições do Antigo Regime, tornou-se, ela mesma, uma espécie de tradição moderna do processo civilizatório.<sup>297</sup>

A cultura ocidental-civilizadora, pois, sempre esperou muito de sua memória, diferentemente de outros tipos de cultura<sup>298</sup>. Foi, sobretudo, através das culturas históricas dos Estados modernos ou em modernização, como adverte Astor A. Diehl (2002, p. 22), que a categoria progresso incrustou fundo nas estruturas da *psique* ocidental, atuando na consciência histórico-coletiva. O resultado foi o desenvolvimento de uma *cultura historiográfica* que buscou controlar o

---

291 NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura”. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000. p. 50.

292 DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 25-29.

293 Cinco anos após a fundação, as verbas do Estado já representavam 75% do orçamento geral do IHGB (Apud DIEHL, 1998, p. 28).

294 DIEHL, Astor Antônio. Op. Cit. p. 30.

295 Cf. SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil** (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

296 HOBBSAWM, Eric. “Ciências, Religião e Ideologia” In: **A Era do Capital**: 1848-1875. 5. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.23.

297 Idem. p. 375-377.

298 BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 42.

passado e a projetar o futuro com vistas à modernização civilizatória. Tal cultura historiográfica, mecanismo do padrão de construção do passado, como compreende Hobsbawm (1998, p. 22), legitima o presente e, ao mesmo tempo, contribui para a sua transformação. Conforme compreende Lilia Moritz Schwarcz<sup>299</sup>, os institutos históricos acomodaram um modelo de explicações que concebia a humanidade “enquanto uma em sua origem e desenvolvimento”, mas que não deixou de usar os argumentos do darwinismo social quando se tratava de justificar as hierarquias sociais consolidadas. Além disso, a autora observa que figuraram na História nacional heróis que pareciam personalidades da cultura ocidental, e que os episódios nacionais narrados permitem a comparação com temas conhecidos de uma história, sobretudo, européia.<sup>300</sup>

Desse modo, o discurso historiográfico do século XIX atuou e se envolveu profundamente com os preconceitos eurocêntricos e as doutrinas de progresso e do evolucionismo social, repercutindo no senso comum como tradições inventadas, como conceituaram Terence Ranger e Eric Hobsbawm. No século XIX, então compreendida como via linear e progressiva que articula passado, presente e futuro, a História foi um instrumento para dar forma à nacionalidade e à identidade do brasileiro. Além disso, ela foi também o meio latente de apologia da noção de *civilização*. Logo, é perfeitamente plausível que a historiografia produzida no IHGB tenha articulado e veiculado idéias, ícones e valores em função da realização do projeto idealizado de *civilização*, traduzido em políticas que operaram como e por um processo de colonização interna, pois a cultura historiográfica brasileira demonstra claramente “uma concepção de história que a aproxima da narrativa e da junção entre os elementos do meio e raça como explicativos da evolução dos povos”.<sup>301</sup>

Desde 1838 até as primeiras décadas da República, a produção historiográfica brasileira esteve fortemente vinculada ao IHGB<sup>302</sup>. A constituição do saber histórico como disciplina estratégica para o estabelecimento do substrato de formação e transmissão da idéia de nação, que é o seu caráter pedagógico, cooperou no sentido de criar uma cultura histórica cujo tom de interpretação do mundo esteve de acordo com os pontos de vista da elite letrada<sup>303</sup>. Esse modelo de consciência histórica foi amplificado nas últimas décadas do século XIX, quando a pedagogia da disciplina de História adotou os primeiros livros didáticos, pois a raiz da historiografia educacional,

---

299 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 141.

300 SCHWARCZ, 1993, p. 133-134. Cf. SKIDMORE, 1976.

301 NAXARA, 2000, p. 50. Cf. SCHWARCZ, 1993.

302 SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Inaugurando a História e construindo a nação**; discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.p. 93.

303 NAXARA, 2000, p. 58. Cf. SCHWARCZ, 1993.

até no início do século XX, vinculou-se ao IHGB, às suas idéias e intenções<sup>304</sup>. Ademais, o ensino de História que se fazia pela memorização de datas e vultos nacionais, sobretudo nas séries iniciais, fez a história se tornar o meio mais importante de forjar a memória coletiva, convertendo-a em História nacional.<sup>305</sup>

A criação da memória e da história da nação, dentro da tradição elitista que projetava integrar o Brasil à civilização ocidental, influenciou a consciência histórica até os primeiros decênios do século passado. De acordo com Diehl<sup>306</sup>, a integração do Brasil na história universal da civilização gerou mitos conceituais, como o mito da passividade, o mito da inferioridade, o mito da cordialidade, o mito da democracia racial etc., importantes aspectos que fazem parte, até hoje, da consciência histórica e da auto-imagem do brasileiro. De fato, todos constituem reflexos do problema histórico que buscamos entender.

Aparentemente, como hipótese heurística, as elites brasileiras no século XIX estiveram à frente de um projeto civilizador cujo desenvolvimento agiu como um processo de colonização interna<sup>307</sup>, pois muito diferente das demais nações latino-americanas, a construção do Estado no Brasil não se assentou na oposição à antiga metrópole. Bem pelo contrário, após a Independência, o Brasil se reconheceu como continuador da tarefa civilizatória iniciada pela colonização dos portugueses e a Nação, o Estado e a Coroa foram pensados como unidade dentro do discurso historiográfico<sup>308</sup>. Exemplo disso é a carta de 14 de julho de 1847, em que Francisco Adolfo Varnhagen explica ao imperador D. Pedro II os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira como herança da colonização européia:

Em geral busquei a inspiração de patriotismo sem ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com a ilustração; tratei de pôr em dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir declinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade...<sup>309</sup>

---

304 KUHLMANN JR, Moysés. “Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922)”. **Cadernos de Pesquisa**, (Fundação Carlos Chagas) São Paulo, vol. 106, p. 159-171, mar, 1999.

305 TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. “A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina”. **História**. V. 23, n. 1-2, Franca, 2004.

306 DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 94.

307 Esta é a tese que procuro desenvolver com as pesquisas que realizo para a obtenção do título de mestre. Há alguns resultados parciais que foram publicados. Ver Gonçalves (2008).

308 DIEHL, Astor Antônio. Op. Cit. p. 25.

309 Apud Guimarães, 1988, p. 6-7.

Construída com base no europeu, notadamente o francês, a imagem da civilização brasileira foi tão evidente no século XIX que teve elogio até na própria Europa<sup>310</sup>. Jean Baptiste Debret, que visitou o Brasil em 1816, escreveu anos depois no *Journal de L'Institut Historique*:

A moda, este mágico francês, (...) invadiu o Brasil. O império de D. Pedro se tornara um dos seus domínios mais brilhantes: lá (...) tudo é imitação em cima do exemplo de Paris, (...) as pessoas percorreram em três séculos todas as fases da civilização europeia...<sup>311</sup>

Debret concentrou seu olhar sob a capital do Império sem observar a constituição mestiça que dava forma ao brasileiro – a qual se tornou inquestionavelmente óbvia ao final do XIX, e que foi, naquela época, a causa do pessimismo sobre o futuro do Brasil.<sup>312</sup>

Por conseguinte, a interpretação do nacional em relação ao plano interno definiu a nação brasileira como representante da idéia de civilização no novo mundo. Ao mesmo tempo, definiu quais seriam os sujeitos portadores da noção de civilização (o branco descendente de europeus) e quais ficariam excluídos (negros, índios e mestiços). Daí derivou os problemas da identidade nacional e do racismo que tiveram eco no pensamento brasileiro até no início do século XX.<sup>313</sup>

## **5. As idéias de história, nação e progresso no século XIX**

O contexto mais amplo do pensamento histórico torna necessário compreender a articulação entre as idéias de história, nação e progresso, visto que ela desempenhou importante papel no cenário político e intelectual do século XIX.

### **5.1 Ascensão da modernidade e novo tempo histórico: razão e fé histórica**

---

310 Cf. SCHWARCZ, 1998.

311 DEBRET. *Journal de L'Institut Historique*. Paris, 1: 3 (outubro 1834). – Apud DIEHL, 1998, p. 29. Tradução minha.

312 SCHWARCZ, 1993.

313 Op. cit.; SKIDMORE, 1976.

Entre os séculos XIII e XVI, concomitantemente à valorização do racionalismo grego, surgiu na Europa Ocidental uma nova consciência de sentido histórico. Rompendo com a representação religiosa do cristianismo romano, em que a história universal possuía uma causalidade transcendente e teleológica cuja causa final era a salvação eterna, a profunda revolução cultural do Ocidente fez aparecer outra representação do tempo e da história: a “modernidade”.

Nesse novo mundo histórico, era forte a tensão com a tradição do universalismo cristão da salvação, que havia perdido sua base feudal de sustentação política. Nessa época, os poderes nacionais emergentes ainda reivindicavam a legitimidade divina para seu poder através de uma argumentação religiosa, mas o conceito de modernidade, com o qual a identidade ocidental se definira, revelava na nova representação da temporalidade histórica um esforço de racionalização. O advento da modernidade colocou no centro da história um novo sujeito: o homem ocidental. Esse novo tempo histórico se pluralizou desde o Renascimento, com a Reforma e as Grandes Navegações.<sup>314</sup>

Assim, podemos entender o período do século XIII até o século XVI como uma transição na história da cultura do ocidente. O novo homem ocidental é contraditório, estranho a si mesmo, visto que se divide entre valores e lógicas distintas e inconciliáveis. Ou seja, existe um conflito interno entre o julgamento moral guiado por preceitos religiosos e as escolhas pautadas pelos valores terrenos. O processo designado pelo conceito de modernidade revela a tensão da ruptura com o passado de universalismo cristão e a abertura para o presente secular da racionalização da ação e da fragmentação da vida interna do homem ocidental.<sup>315</sup>

Esse foi o tempo do “desencantamento do mundo”. Mas após tantos conflitos religiosos, guerras civis, o século XVIII assistiu ao retorno da idéia universal com a qual antes rompera. O século das Luzes criou o pensamento específico da modernidade que seria uma nova legitimação da história universal, não mais baseada na fé em Deus, mas na fé na perfectibilidade histórica rumo ao progresso. Esse pensamento se realizou nas modernas *filosofias da história*, as quais elaboraram uma história racional através de uma interpretação sistemática da história da humanidade universal. A história deslocou o sentido fundamental dos acontecimentos, do teológico para o antropológico, ao mesmo tempo em que instalou a perfectibilidade moral no mundo profano no lugar do

---

314 REIS, José Carlos. **História & Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.p. 21-24.

315 idem, p. 28.

salvacionismo. Desse modo, houve um esforço de reunificação da humanidade sob o princípio da Razão.<sup>316</sup>

Para Guy Bourd e e Herv e Martin (1983, p. 44), das filosofias da história nasceram as idéias do devir da matéria, da evolu o das espécies e do progresso dos seres humanos. Vários pensadores, como Voltaire, Kant e Condorcet, viram na história um movimento ascendente da humanidade em dire o a um Estado ideal. Assim, surgiram no século XIX várias filosofias da história, todas as quais tiveram em comum a descoberta de um sentido para a história, sejam religiosas ou at ias, otimistas ou pessimistas.

*O projeto moderno   o de uma história que se fragmentou e se descentralizou e que busca se reunificar e se reuniversalizar.   a representa o ocidental da “civiliza o” como busca da liberdade, isto  , da coincidência absoluta da subjetividade consigo mesma.*<sup>317</sup>

Essa idéia de modernidade como um estágio avançado do progresso foi observado por Norbert Elias dentro de um *processo civilizador* no qual a cultura ocidental e européia   fator de orgulho da identidade comum nas na es que se constituíram na Europa.<sup>318</sup>

## 5.2 Conhecimento histórico e progresso

Suprimindo aspectos do Antigo Regime pelos tumultos da Revolu o Francesa e pela industrializa o, o contexto político do século XIX, que   marcado pela forma o dos Estados Nacionais, caracteriza-se também pelo seu amplo ambiente de renova o de idéias. O novo estado burguês legitima-se historicamente pela sua história nacional muito mais que pela força. Daí a busca por tradi es mistificadoras dos povos fundadores para escrever a história de um passado ideal em fun o da cria o de uma identidade nacional.<sup>319</sup>

---

316 REIS, José Carlos. Op. Cit. p. 29-31.

317 Idem. p. 35.

318 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Forma o do Estado e da Civiliza o (vol.2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p. 23-50.

319 HOBBSAWM, Eric. “Certezas Solapadas: as Ciências”; “Razão e Sociedade” In: **A Era dos Impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

No século XIX, o conhecimento histórico chegou à conclusão de que a metafísica era impossível, que se tratava de pseudoconhecimento, pois seus enunciados eram inverificáveis e incontroláveis<sup>320</sup>. Dessa maneira, ela pretendeu desvencilhar-se da influência da filosofia da história para tornar-se “científica”. Desenvolveu-se uma preocupação com a verdade, com o método, com a análise crítica de causas e conseqüências. Essa concepção ganhou impulso com a mentalidade oriunda das idéias filosóficas da Revolução Francesa e tomou corpo com a discussão dialética de Hegel e de Marx, mas se consolidou com as teses de Ranke e foi disseminado com o positivismo histórico.

Em outras palavras, como escreveu Reis<sup>321</sup>, “o olhar científico do século XIX significou uma radicalização da confiança no projeto moderno”. Ou seja, trata-se de uma confiança no progresso para o qual caminharia inexoravelmente a história. A história deixou de lado suas filosofias de caráter metafísico para se tornar a sua própria lógica, a Razão, agora científica, a essência da dinâmica histórica real.

Baseada nas filosofias da história, no discurso da modernidade, agora tido como o segredo revelado da história, a história dita científica do século XIX se pôs a serviço do eurocentrismo, oferecendo argumentos, documentos, informações e legitimação ética.<sup>322</sup>

Desde a primeira metade do século XIX, o movimento das idéias científicas acompanha e sustenta a ideologia de progresso que impregna a modernização da Europa, modernização que esteve acompanhada da formação dos Estados Nacionais e, ao mesmo tempo, da idéia de nação. O movimento das nacionalidades visou ao estabelecimento da idéia de nação como uma aglomeração de homens que aspiravam a viver sob a mesma lei e em virtude de origens, de tradições e de interesses comuns. Ou seja, a nação é compreendida como um conjunto de indivíduos dotados de liberdades naturais e unidos por interesses e língua comuns. Desse modo, o nacionalismo foi uma doutrina que inspirou a burguesia a empreender uma luta política pela independência e pela unificação nacional, a qual justificou a construção de um capital nacional.<sup>323</sup>

---

320 REIS, José Carlos. **História & Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 36.

321 Idem. p. 39.

322 Idem. p. 39-40.

323 BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (orgs.). **História do Século XIX**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

### **5.3 História para o progresso e para a nação**

Sobre a história no século XIX, Reis<sup>324</sup> escreve que “a ciência histórica é a autoconsciência de si da humanidade em marcha”. Isto é, trata-se da idéia de que ação e conhecimento não se separam, de que fazer-história e fazer-a-história coincidem. No século XIX, a produção de conhecimento histórico se torna arma politicamente eficaz, pois serve aos grupos em luta pelo controle moral do sentido histórico universal. Desse modo, a história torna-se expressão científica da vontade do Estado e das instituições da “boa sociedade”.

O discurso cientificista da história fez os interesses particulares dos Estados e líderes nacionais tornarem-se expressão da liberdade universal, em nome de uma liberdade futura. Além disso, a cultura ocidental européia do século XIX está cientificamente convencida de que é portadora da verdade histórica. Assim, conhecendo o sentido dos movimentos históricos da vida humana, ela teria a missão de salvar os povos atrasados, aqueles que (ainda) não conhecem a Razão.

#### **Considerações Finais**

Instrumento para legitimar a ação política do Estado, a história no século XIX esteve em serviço pela veiculação do ideário nacionalista durante o período da formação dos Estados Nacionais. Fazendo crer na modernidade civilizatória, o discurso da historiografia dos oitocentos, amparado pelo ambiente cientificista, reduziu ruídos, divergências, e fomentou a convergência das ações políticas em torno da ideologia do progresso e da civilização. As idéias de nação e de progresso, no século XIX, articularam-se com uma produção historiográfica que atuou de acordo com as diretrizes do Estado civilizador.

No Brasil, sem ter a abrangência que o conceito propunha na Europa, a idéia de civilização ficou restrita à minoria e a nação-civilização brasileira constituiu um campo limitado da elite letrada. Assim, os estudos do IHGB sobre o problema de identidade da nação, que foram os

---

p. 154.

324 REIS, José Carlos. Op. Cit. p. 40.



primeiros passos da construção da memória brasileira, carregam a imagem excludente e depreciativa do outro<sup>325</sup>. Isso pesou enormemente na formação da cultura historiográfica brasileira.

No século XIX, compreendida como via linear e progressiva que articula passado, presente e futuro, a História foi o meio explícito e indispensável para forjar a nacionalidade e a identidade do brasileiro. Contudo, foi também o meio latente de apologia da noção de *civilização*, visto que o discurso historiográfico foi pragmático e teleológico. Pragmático, pois o seu conhecimento adquiriu sentido de parâmetro responsável e legítimo para as decisões políticas; e teleológico, já que o historiador possuía um papel central para influenciar a conduta da história, ainda mais porque o ambiente cientificista lhe dava esse prestígio<sup>326</sup>. Uma análise interpretativa do Direito mostra que o aparato intelectual jurídico do período também emana a noção de progresso e que, além disso, tal noção contém uma teoria elementar de história que deflagra uma visão peculiar de determinação, para a qual a evolução intelectual é causa e efeito do progresso social.<sup>327</sup>

A historiografia brasileira do século XIX, assim, pode ser identificada com as idéias que norteavam as políticas civilizadoras. Com propriedade, Maurice Halbwachs<sup>328</sup> confirmou que a construção e a transmissão da memória se tornam possíveis dentro das condições sociais e dos anseios do presente, ou seja, que a escrita da história é um processo de rememoração em que a memória é um espaço de lutas e disputas, do qual o próprio historiador faz parte. Em si, o desenvolvimento de um texto historiográfico evidencia, entre outros fatores, que a transmissão de lembranças está ligada à busca estratégica da identidade de uma sociedade.<sup>329</sup>

Sendo a consciência histórica “o modo pelo qual a relação dinâmica entre a experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana”, é determinante que a operação mental da historiografia articule, no processo da vida prática do homem, “a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas”<sup>330</sup>. Desse modo, a constituição do sentido da experiência do tempo é um processo de consciência em que as experiências da vida prática são interpretadas conforme as intenções do agir e, assim, a cultura historiográfica está inserida na

325 GUIMARÃES, 1988, p. 5-27. Ver também GUIMARÃES, 2000.

326 NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília, Ed. UNB, 2004.

327 MALERBA, Jurandir. **Os Brancos da Lei**: Liberalismo e escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Maringá: EDUEM, 1994.p. 130-134.

328 HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 53-89.

329 MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 68-70.

330 RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história : fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 58

determinação de sentido do mundo e na auto-interpretação do homem<sup>331</sup>. Dentro de uma perspectiva temporal, a cognoscibilidade do passado é possível a partir do espaço aberto pelo presente, dado que “as condições políticas, econômicas, religiosas, morais, estéticas, convergem para moldar o passado visível”.<sup>332</sup>

O pano de fundo de tudo isso é a articulação constante entre a vida prática e a ciência, cuja dinâmica reflete a coerência entre as tendências e interesses da vida prática e as perspectivas de orientação e formas de representação do passado que compõem o conhecimento histórico-científico.<sup>333</sup>

### Referências:

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (orgs.). **História do Século XIX**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: Memória, identidade e representação**. Passo Fundo: Ediupf, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e da Civilização (vol.2)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

---

331 Idem. p. 59.

332 MASTROGREGORI, Massimo. Op. Cit. p. 75.

333 RÜSEN, Jörn. Op. Cit. p. 25-51.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes (vol.1). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA, Tânia Bessone da C.; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. “Livreiros Franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823”. **História Hoje**: Balanços e Perspectivas. (IV Encontro Regional da ANPUH-RJ). Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 1990.

GONÇALVES, S. C. A adesão da cultura historiográfica brasileira ao pensamento civilizador no século XIX. In: VARELA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia Brasileira e Modernidade**. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

GONÇALVES, S. C. Cultura popular e suas representações: caminhos possíveis de reflexão. **Revista História em Reflexão**, Dourados/MS, v. 2, p. 1-19, 2008.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**., Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2000.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. **Estudos Históricos** (caminhos da historiografia). Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. “Certezas Solapadas: as Ciências”; “Razão e Sociedade” In: **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, Eric. “Ciências, Religião e Ideologia” In: **A Era do Capital: 1848-1875**. 5. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUHLMANN JR, Moysés. “Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922)”. **Cadernos de Pesquisa**, (Fundação Carlos Chagas) São Paulo, vol. 106, p. 159-171, mar, 1999.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. **Os Brancos da Lei**: Liberalismo e escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Maringá: EDUEM, 1994.

MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura”. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília, Ed. UNB, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jataly. **Exposições Universais**: espetáculo da modernidade do século XIX. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

RANGER, Terence; HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história : fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Inaugurando a História e construindo a nação**; discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TODOROV, Tzevetan. **Nós e os Outros**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. “A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina”. **História**. V. 23, n. 1-2, Franca, 2004.